

Sociedad e Infancias

ISSNe: 2531-0720

<https://dx.doi.org/10.5209/soci.91555>

 EDICIONES
COMPLUTENSE

Fernández-Enguita, M. La quinta ola. La transformación digital del aprendizaje, de la educación y de la escuela. Comunidad de Andalucía: Ediciones Marota, S. L, 2023, 221 páginas. ISBNpapel: 978-84-19287-40-3. ISBNebook: 978-84-19287-41-0.

Mariano Fernández-Enguita, autor do libro *La quinta ola. La transformación digital del aprendizaje, de la educación y de la escuela*, é Professor Catedrático Emérito da Universidad Complutense de Madrid e especialista na área da Sociologia da Educação. Tem se dedicado à pesquisa da temática que abarca a discussão trazida de forma minuciosa e aprofundada neste livro. Segundo ele, seu objetivo é “convidar mestres, professores e agentes do sistema educativo em geral a pensar ou repensar não a relevância da educação ou da escola em geral, que damos por garantida, mas o porquê da sua presente configuração e, conseqüentemente, o que há nela de necessário e contingente” (p. 9). O autor chama a atenção para o fato de que somos criação da educação, em geral, e da escola, em particular, ao mesmo tempo em que as produzimos no curso da história da humanidade, cultura e sociedade e, muitas vezes, deixamos de questioná-las, interrogá-las e perceber as possibilidades de transformação que podem ser efetuadas nessas esferas.

Transformação é uma aposta que faz Fernández-Enguita, como uma ação necessária a se operar no contexto da educação e da escola contemporânea. Aos resistentes ou não às mudanças, principalmente àquelas trazidas pelos avanços tecnológicos, ele afirma que estas se fazem presentes como um “elefante no sofá” (p. 10) e têm interrogado a escola e seus processos de ensino e aprendizagem. Uma mudança em especial é foco do livro, a digital, que chamou de “quinta onda”. Esta é, para o autor, mais ampla, profunda, multifacetada e veloz do que qualquer outra transformação precedente. Embora a temática tenha alcançado uma atenção especial a partir da pandemia provocada pelo COVID-19, as transformações que sugere Fernández-Enguita para a escola não se referem ao que foi experimentado de modo improvisado pela maioria dos sistemas de ensino durante este período – que, ao seu ver, tratou-se de uma reprodução mecânica do formato presencial no espaço virtual. A despeito de toda crítica ao modelo escolar tradicional, o autor afirma que as proposições que recomenda não visariam acabar com a escola, mas transformá-la.

O livro está organizado em 8 capítulos: O Capítulo 1 analisa as três grandes transformações, ou as três grandes ondas – o surgimento da linguagem, da escrita e da imprensa. Fernández-Enguita mostra como o surgimento da linguagem transformou radicalmente a aprendizagem e a educação, considerando que esta implica comunicação e/ou mediação. A segunda grande transformação é representada pela escrita que, dada a complexidade do seu código, requer aprendizagem sistemática, um esforço intencional acompanhado por um processo de ensino, o que fez surgir a escola. O surgimento dos sistemas escolares de massa veio a reboque do processo de expansão e normalização escolar e deveu-se à terceira transformação informacional – o surgimento da imprensa e, mais tardiamente, do livro.

O Capítulo 2 trata da quarta transformação comunicacional produzida pela chegada dos meios audiovisuais e eletrônicos que, por sua vez, foi responsável pela quarta transformação educativa – a generalização do ensino secundário e sua homogeneização ou unificação parcial. Segundo o autor, os meios de comunicação de massa, em particular os audiovisuais, seriam tecnologias capazes de alcançar muitos destinatários simultaneamente, porém, quando chegam à instituição escolar – que já possuía um *modus operandi* de funcionamento bastante estruturado –, não conseguem alterar de maneira significativa sua forma de ensino.

O Capítulo 3 discute a quinta onda, a transformação digital, que, de acordo com Fernández-Enguita, destaca-se pelo seu ritmo “acelerado, desenfreado, exponencial, em uma sociedade, ou uma era, em que o que é constante é a mudança” (p. 51). Este ritmo é responsável por gerar um grau de incerteza em relação às mudanças, de modo que não conseguimos prever onde estas nos levarão, se serão positivas ou negativas, ainda que a aposta do autor seja na primeira opção.

O Capítulo 4 se dedica à criação e evolução de um poderoso dispositivo que vem substituir o livro, em geral, e os livros didáticos, em particular, que Fernández-Enguita nomeia como “trindade digital” (p. 77) – união entre o dispositivo pessoal, software e conexão. Este transformou, sobremaneira, a informação e a comunicação e, conseqüentemente, poderia fazer o mesmo em relação à aprendizagem, à educação e à instituição que formalmente abriga este processo – a escola. Na esteira desse argumento, traz o Capítulo 5, que analisa o hipertexto e suas vantagens em comparação ao livro impresso, ao permitir uma navegação pela informação de forma mais livre e multidirecionada.

O Capítulo 6 analisa a recepção da escola às transformações digitais, ou sua resistência, que, segundo o autor, vem do culto aos livros didáticos, que seriam construídos de modo a determinar o que o aluno deve aprender, em que tempo e de que modo. Como contraponto, ele aposta na potencialidade da tecnologia digital para construir o hipertexto, a hipermedida e a hiper-realidade e instaurar o que chamou de “pedagogia distribuída” (p. 111), como aquela que possibilitaria a descentralização tanto da figura do professor – que normalmente dita ao aluno o que fazer

– como dos textos – que direcionam um modo de aprender. Assim, no capítulo 7, propõe e analisa a hiperaula, que o autor concebe como meio de aprendizagens inovadoras, dada a flexibilização de espaço e tempo possibilitada pela hipermídia, permitindo alcançar um alto grau de individualização e personalização da aprendizagem, e romper com a fixidez e homogeneidade da jornada escolar.

O capítulo 8 discute as implicações da transformação digital no trabalho do professorado, especialmente o deslocamento da sua centralidade a partir da colaboração com outros colegas (co-docência ou co-ensino) e mesmo com a inteligência artificial e com os robôs, ao que chamou de “ciborgdocência” (ciberensino) (p. 170). Fernández-Enguita enfatiza que o ciborgue é a docência, não o professor. Também não defende o desaparecimento do “professor de carne e osso” (p. 173), mas outra maneira de realizar o ensino.

O último capítulo, Epílogo: Entra en escena el gran charlatán, foi acrescentado quando foi anunciado a abertura do ChatGPT aos usuários. Sem inocência quanto ao impacto deste modelo de inteligência artificial, o autor traz importantes questionamentos relacionados tanto ao bom quanto ao mau uso dessa ferramenta. Mas sustenta que os benefícios da inteligência artificial à aprendizagem são enormes, desde que não dependamos apenas dela. Termina seu livro dizendo: “em tudo o que a inteligência profissional do professor pode ser substituída por um robô de conversação, deve ser. O professor deve concentrar-se naquilo que só a inteligência humana pode fazer, incluindo a colaboração da inteligência artificial” (p. 198).

A aposta de Fernández-Enguita em uma necessária mudança na educação e no processo de escolarização, a partir das transformações digitais, baseia-se em uma crítica aos problemas que observa na escola. Para ele, a universalização dos sistemas escolares veio acompanhada de uma homogeneização do seu espaço-tempo – calendários, atividades, jornadas sequenciais destinadas aos/às alunos/as, que se supõe serem iguais. Além disso, tratar-se-ia de um espaço organizado, inclusive arquitetonicamente, de modo a manter a centralidade e o mando do/a professor/a. Isto impactaria, sobremaneira, na liberdade e autonomia dos/as alunos/as, submetidos, em sua maioria, à uma lógica pedagógica que abre pouco espaço para as singularidades, descobertas e experimentações. Coloco-me de acordo com esta crítica, e acrescento que não são poucas e nem recentes as manifestações que denunciam este modelo escolar sustentado por um viés antecipatório que pressupõe um ponto de chegada para o/a aluno/a a partir da acumulação sucessiva e linear de conhecimentos ditados pelos livros didáticos e/ou pelo exercício de disciplinamento do mestre.

Também me coloco de acordo que a institucionalidade escolar, muitas vezes, mostra-se pouco aberta às mudanças ou, quando muito, submete as novidades ao seu modo de funcionamento sem que, para isso, precise repensar sua estrutura. De fato, a mudança tem se colocado de forma avassaladora no mundo contemporâneo, principalmente no que diz respeito à área da informação. No entanto, se a entendemos a partir de uma perspectiva sócio-histórica, também podemos tomá-la como passível de tensionamentos, mesmo diante do argumento da sua inevitabilidade. Se, como afirma o autor, a existência da escola e do processo de escolarização é inevitável enquanto haja sociedade, e se as mudanças parecem necessárias, enormes desafios sobre quais rumos coletivos queremos construir nos interpelem: por quais transformações lutaremos para resolver os problemas aqui mencionados, além de tantos outros que se fazem presentes no campo da educação? As transformações digitais promoveriam, de fato, uma revolução na escola? Seriam capazes de aplacar o mal-estar instalado no ambiente escolar?

Sem ser “tecno-fóbica” ou “tecno-cética”, creio que a reflexão acerca de quais transformações queremos e precisamos para a educação e para a escola, a despeito da inevitabilidade das transformações digitais, é importante, principalmente quando pensamos a partir do sul global, onde sérios problemas escolares, frutos de fraturas sociais, raciais e econômicas profundas, compõem o cenário educacional deste território. Escapando de possíveis interpretações desenvolvimentistas e progressistas, refiro-me ao sul global menos pelo argumento da escassez das condições materiais – pois temos indícios que sua abundância não tem sido suficiente para revolucionar a educação e o projeto escolar no norte global –, mas porque pensamentos decoloniais e do sul global têm alertado sobre a incapacidade do discurso do progresso (incluindo os digitais) de promover, por si só, um mundo mais justo e igual. A Escola de Frankfurt já nos ensinou que a Modernidade, com sua promessa de progresso, nos conduziu também à barbárie, porque o que estava em jogo não era apenas o progresso em si, a técnica ou a ciência, mas as disputas de poderes – e aqui nos situamos em um terreno que é fundamentalmente político, que também atravessa o terreno da educação.

Para tratar dos benefícios dos avanços digitais, o livro faz uma breve análise do conto “A língua das mariposas”, que dá origem ao filme do mesmo nome. Destaca o fascínio do personagem Moncho com algumas histórias contadas pelo seu professor, Don Gregório, sobre a América e sobre os bichos, como a mariposa, que possui uma língua que fica em espiral, e com a ajuda de um microscópio, e ao custo da sua vida, seria possível vê-la em detalhe, mas de forma inerte. Fernández-Enguita argumenta que hoje, por meio dos aparatos digitais, seria possível ver de uma forma melhor e menos cruel a mariposa e sua língua em ação, assim como ter outras experiências mencionadas por Don Gregório. Certamente as tecnologias digitais são capazes de produzir isto e muito mais, e encantariam Moncho. Porém, tanto o conto quanto o filme destacam, além da bonita parceria entre mestre e aluno, criança e adulto, um elemento fundamental para escola e para o processo educativo: a democracia. No filme, a figura do professor, com seus ideais de liberdade, apresenta-se como uma força opositora a duas frentes conservadoras presentes naquele cenário de disputa política – o padre e o fazendeiro. Infelizmente, a geração de Moncho e nem a posterior desfrutaram desta liberdade, pois o fascismo chegou e se instalou na Espanha por longos anos. E esta parece ser a questão central do filme.

No contexto escolar brasileiro, principalmente o público, temos presenciado sérios problemas de intolerância, violência e mal-estar, tornando o exercício escolar penoso para crianças, jovens e adultos. Neste caso, que não é um caso isolado, uma verdadeira transformação não ficaria a cargo apenas das mudanças nos modelos de ensino e

aprendizagem, posto que a função da escola é mais ampla que isso, mas necessitaria ser acompanhada de uma politização da discussão que implique a participação de todos os sujeitos envolvidos neste processo – incluindo crianças e adolescentes – para que decidam coletivamente que sociedade e que mundo desejam construir.

Conceição Firmina Seixas Silva¹
Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProEd/ UERJ) – Brasil
[conceicaofseixas@gmail](mailto:conceicaofseixas@gmail.com)

¹ Esta resenha contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/ Brasil) – Código de Financiamento 001.